

“NOS PAAÇOS QUE FFOROM DE DOM GIL BISPO” A RESIDÊNCIA EPISCOPAL DE COIMBRA NOS INÍCIOS DO SÉCULO XV

MILTON PEDRO DIAS PACHECO

Doutorando na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Assistente de Investigação no Centro de História de Além-Mar
e no Centro Interdisciplinar de Estudos Camonianos

No ano de 1415, ano em que a cidade de Coimbra era elevada a ducado por decisão régia de D. João I¹ (1357|1385-1433), falecia o prelado D. Gil Alma (?/1408-1415) que assumira o governo da Diocese de Coimbra sete anos antes². Este acontecimento determinaria a realização do arrolamento da propriedade afectada à Mitra, cujos dados daí reunidos nos permitem conhecer, ainda que com sérias restrições, as dependências internas da residência episcopal coimbricense nos inícios da centúria de Quatrocentos.

Entretanto, seis meses depois, em 13 de Fevereiro de 1416, reuniam-se “nos paaços que fforom de dom gil”, as autoridades eclesiásticas locais destinadas a proceder à realização e escritura pública do inventário dos bens da Mitra para serem entregues à tutela do Cabido. Entre os presentes estavam Pedro Anes de Serpa (?-?), cónego e procurador do Cabido, João Gonçalves (?-?), também cónego, Martim de Pinho (?-?), tabelião régio, Luís Giraldes (?-?), vedor, procurador e recebedor episcopal, assim como as testemunhas convocadas, o prior de Antanhol, João Dias (?-?), o servo do cónego Anes de Serpa, Vasco Afonso (?-?), e Estaço Esteves (?-?), servo de João Gonçalves³.

Estabelecida a vacância no assento episcopal, o Cabido solicitou a entrega do património que tinha sido administrado pelo prelado, de acordo com os procedimentos legais instituídos, como esclarece o próprio documento de inventário, um pergaminho com as dimensões de 73 cm X 20 cm: “avia de receber todollos beens e cousas e directos que no bispado da dicta çidade avia e de direito lhe pertenciam asi da dicta çidade como de todo o dicto bispado que per morte do dicto dom gil ao dicto cabido ficavam vagos a see uaguante e o dicto cabido per vaguaçom do dicto senhor bispo avia daver”.

¹ A quem o bispo D. Gil Alma, enquanto senhor do Porto, entregaria a jurisdição do burgo.

² D. Gil Alma, anterior bispo do Porto, de onde viera transferido em 1408, teria falecido, muito provavelmente, na cidade de Lisboa, entre 4 de Agosto e 4 de Novembro de 1415. Contudo, de acordo com as informações apresentadas por Francisco Leitão Ferreira a data de 4 de Agosto de 1415 reporta não para o dia do seu falecimento mas sim para o dia de execução do seu testamento, no qual manifesta que caso morresse em Évora fossem as suas ossadas trasladadas para a igreja dominicana de Lisboa. Seguramente no dia 4 de Novembro desse ano a cátedra episcopal conimbricense já estaria vaga. O prelado ficou sepultado na capela de São João Baptista da igreja do Convento de São Domingos, de Lisboa, segundo mostrava “hum letreiro de letras Latinas: Aqui estaõ os ossos do Bpo Dom Gil Alma Bpo de Coimbra”, e comprovava a sua lápide sepulcral com o brasão de armas, ornado com duas tochas acesas postas em aspa e atadas por um torçal. António Caetano de SOUSA, *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, tomo VI, Lisboa, Oficina Regia Sylviana/Academia Real, 1748, p. 685; Francisco Leitão FERREIRA, “Catalogo Chronologico-critico dos Bispos de Coimbra”, *Collecçam dos documentos e memorias da Academia Real da Historia Portuguesa*, tomo IV, Lisboa Ocidental, Oficina Pascoal da Sylva, 1724, p. 142.

³ Vide o Documento I, transcrito na íntegra, no Anexo I. Gostaríamos aqui de manifestar o nosso agradecimento ao Senhor Doutor Júlio Ramos pela sua amabilidade e disponibilidade durante as nossas incursões no Arquivo da Universidade de Coimbra.

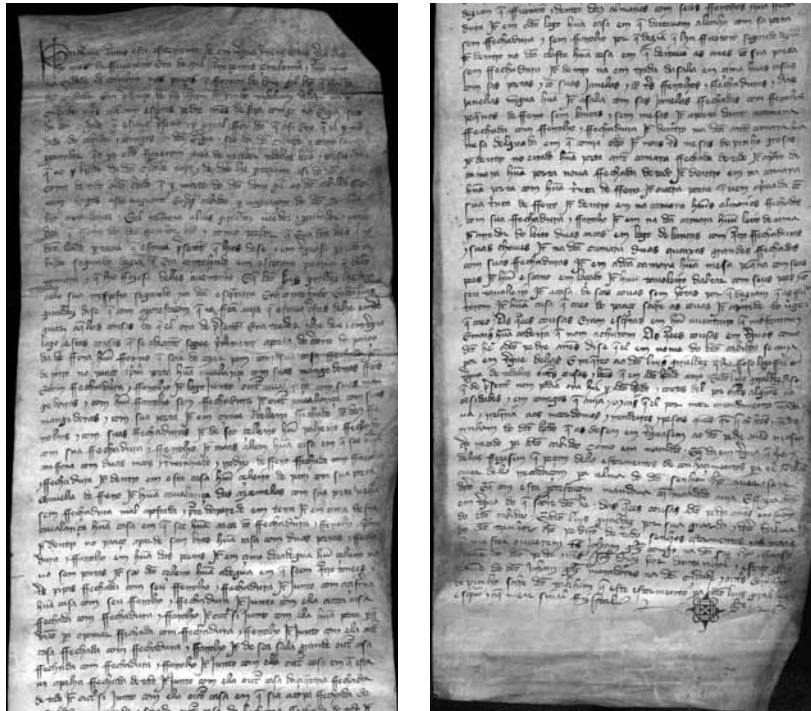


Figura 1 - Carta de entrega do paço episcopal de Coimbra ao Cabido da Sé por falecimento do prelado D. Gil Alma. 1416, 13 de Fevereiro

FONTE: Arquivo da Universidade de Coimbra, Fundo Coleção de Pergaminhos, Doc. 33

Mas antes de avançarmos importa salientar que os arroladores centraram-se especialmente na inventariação do mobiliário distribuído pelas várias dependências, acompanhado do registo de segurança das instalações, pois os bens móveis pessoais – entenda-se vestuário e jóias, roupas do leito e louças, tapeçarias e guadamecis, entre muitos outros objectos –, foram “*escriptas em hum auentauro que mostrarron*”.

De facto notámos a ausência dos muitos objectos e atributos distintivos da sua dignidade eclesiástica, símbolos de poder e de riqueza, de saber e de nobreza, que seriam usufruídos no espaço privado da sua residência e no espaço público da sua catedral. Faltam sobretudo as alfaias litúrgicas, as imagens devocionais e os paramentos sagrados que existiriam seguramente na residência de um bispo medieval. Por exemplo, basta comparar o testamento dos bens de capela legados em 1336 pela secular mas princesa bizantina D. Vataça, no qual surge, entre os muitos bens de uso comum, os vasos e objectos sagrados como crucifixos e relicários, para contemplação, cálices e livros, para celebração⁴.

Com origem nas grandes casas senhoriais romanas, as construções residenciais de maior aparato congregavam um conjunto de múltiplas dependências organizadas em torno de amplos pátios: as *domus*.

⁴ Maria Helena da Cruz COELHO e Leontina VENTURA, “Os bens de Vataça. Visibilidade de uma existência”, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1987.

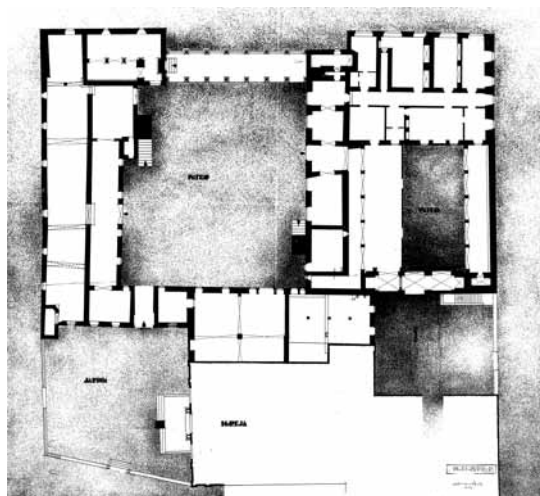


Figura II - Planta do piso térreo do antigo paço episcopal de Coimbra, actual Museu Nacional de Machado de Castro.
Data: 1933 (data de levantamento do desenho arquitectónico)

FONTE: Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana⁵, fundo da extinta Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *Museu Nacional de Machado de Castro*, Desenho 040478

Na verdade, foram os altos dirigentes eclesiásticos “os primeiros a conservar essa identidade, por razões históricas conhecidas”⁶, e que acabariam por manter uma matriz unitária, e também áulica, ao longo das suas múltiplas concepções materiais e temporais.

Com base nos estudos realizados pela investigadora americana Maureen C. Miller (?), centrados nas residências episcopais do Norte de Itália, ficou demonstrado a organização e o estabelecimento de determinadas dependências e outros espaços *imutáveis* ao longo dos séculos. Entre eles podemos elencar as câmaras privadas, nos pisos superiores, e os compartimentos laborais, nos térreos, distribuídas em torno de pátios centrais, ou outras áreas fechadas com seus jardins, pomares e poços⁷.

Através de um percurso do público para o privado, iniciado nos espaços oficiais e concluído nas áreas residenciais mais íntimas, o arrolamento começa com a descrição do que julgamos ser a entrada principal do perímetro da residência episcopal, a partir do arco ameado mudéjar, erguido no extremo do sector sudeste do edifício. O documento revela então que “adeante segue primeiramente a porta do coorto do paaço da de fora”⁸.

⁵ Gostaríamos igualmente de aqui manifestar o nosso agradecimento ao Senhor Coordenador do Departamento de Informação, Biblioteca e Arquivos do Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, Doutor João Vieira pela cedência das imagens provenientes dos antigos fundos da DGEMN e pela constante disponibilidade e apoio durante as nossas investigações.

⁶ José Vieira da SILVA, *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, IPPAR, 2002, p. 24, nota 30. Vide também os estudos apresentados por António Filipe PIMENTEL, *A Morada da Sabedoria*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, (Policopiada), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2003, pp. 254 e 255.

⁷ Esta autora estabeleceu diferentes designações, assentes em cronologias precisas, para as residências episcopais italianas: *Episcopium* (Antiguidade Tardia: 300-750); *Domus Sancte Ecclesiae* (Alta Idade Média: 750-1050); e *Palatio episcopi* (Baixa Idade Média: 1050-1300). Maureen C. MILLER, *The Bishop Palace. Architecture and Authority in Medieval Italy*, Ithaca/New York, Cornell University Press, 2000, pp. 13, 73, 79, 90, 262 a 269.

⁸ De acordo com Sousa Viterbo *Coorto* teve origem na palavra latina *cortis* ou *curtis*, tendo sido utilizada ao longo da Alta Idade Média com o significado de horta ou quintal. Santa Rosa de VITERBO, *Elucidário*, vol. B-Z, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1964, p. 139, col. a.



Figuras III e IV - Obras de desentulhamento e reconstrução do arco de dupla face no sector sudeste do antigo paço episcopal de Coimbra. Data: Década de 1920

FONTE: Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, fundo da extinta Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Museu Nacional de Machado de Castro

Seguidamente é referida a existência de “huu forno que fora de cozer pam com sua casa fechada” junto das cavalariças, em número de quatro, três dispostas contiguamente e uma quarta apartada daquelas. As primeiras três cavalariças, que localizamos no piso inferior do actual corpo sul e erguidas portanto em proximidade do respectivo arco, estavam “dentro no paaço”. Numa sequência organizativa repetitiva estas três dependências estavam dotadas com as “suas mangedoras”, devidamente protegidas com portas, fechaduras e ferrolhos. A quarta, a “caualariça das azaemellas”⁹, provavelmente a área onde estariam os animais de carga necessários para o transporte de víveres e outros bens, tinha, no entanto, a “sua porta uelha sem fechadura mal apostada e parte da parede em terra”, ligeiramente arruinada portanto, sobre a qual se erguia “huma casa em que see¹⁰ huma arca com ffechadura e fferrolho e porta”.

Apesar de não possuímos um número concreto é provável que as cavalariças tivessem já uma dimensão considerável, pois sabemos que D. Pedro Martins (?/1296-1301), bispo de Coimbra entre 1296 e 1301, legara um grande número de cavalos e mulas aos seus criados mais íntimos¹¹.

Edificado sobre as ditas estrebarias estava o celeiro igualmente cerrado, junto a um outro “de soo çel-leiro hum palheiro ffechado”. E, “mais allem”, existia “hua casa em que see huma ataffona com duas moos e terminado e rrodizo de fferro ffechada com ffarrolho e ffechadura”. Esta divisão era na verdade o moinho do pão.

⁹ Raphael BLUTEAU, *Vocabulario portuguez, e latino*, vol. A, Lisboa/Coimbra, Oficinas de Pascoal da Sylva e Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, p. 693, col. b.

¹⁰ Com o significado de *está*. Santa Rosa de VITERBO, *Elucidário*, vol. B-Z, p. 552, col. b.

¹¹ Maria do Rosário MORUJÃO, *A Sé de Coimbra: A Instituição e a Chancelaria (1080-1318)*, Coimbra, Dissertação de Doutoramento em Letras, na área de História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005, p. 153.

O trecho documental seguinte localiza, sem contudo explicar a sua função, uma “casa com duas portas e fechadura e farrolho” nas portas”, “dentro no paaço a par de sam bras”. Com grande probabilidade, a invocação do bispo mártir remete para as proximidades da casa atrás mencionada junto da capela lateral da igreja São João de Almedina, ao tempo edificada junto à residência episcopal com orientação para nascente. Muito provavelmente, esta referência indica a confrontação com a capela lateral da igreja românica dedicada a São Brás, uma capela “m.^{to} antiga, e nella hã uma Irmandade dedicada ao mesmo Santo ã Consta de outo centos e tantos Irmãos”¹². Apesar da reedificação *ex novo* do edifício nos finais do século XVII acreditamos que se tenha mantido a disposição dos respectivos altares instituídos na Idade Média, como o de São Brás, que, em 1751, ocupava a segunda capela lateral do lado do Evangelho¹³.

Continuando a percorrer os antigos espaços episcopais, encontramos seguida a *adegu*a, onde foram inventariados “quatro tonees e tres pipas”, em grande proximidade com o “çelleiro nouo” embora sem portas, e, junto àquela, “outra casa fechada”, na qual havia “huma porta per que baao pera o pomar”, também ela encerrada.

A existência nas grandes casas senhoriais de cisternas com água potável, abastecida por canalizações subterrâneas ou por captação pluvial, revelaram-se imprescindíveis ao quotidiano do Homem, sobretudo, se localizadas em contexto urbano, aquando das circunstâncias menos favoráveis que foram os conturbados tempos medievais, assolados pela tríade macabra de guerra, peste e fome.



Figuras V e VI - Desmantelamento da antiga cisterna construída na galeria norte do criptoportico romano e respectivo poço exterior erguido no segundo pátio. Data: Década de 1930.

FONTE: Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, fundo da extinta Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *Museu Nacional de Machado de Castro*

¹² Rocha MADAHIL, “Relação das coisas notáveis da cidade de Coimbra em 1758”, *Arquivo Coimbrão*, vol. IV, Coimbra, Tip. Coimbra Editora, 1939, p. 205.

¹³ Rocha MADAHIL, “As informações paroquiais da cidade de Coimbra recolhidas em 1721”, *Arquivo Coimbrão*, vol. III, Coimbra, Tip. Coimbra Editora, 1937, pp. 215 e 216.

Ora também no paço do bispo de Coimbra, a segunda figura mais destacada na hierarquia social da cidade, existia um reservatório de água para usufruto do prelado, dos seus *familiares* de religião e pelos serviçais.

Identificada aquando das campanhas de arqueologia realizadas entre 1992 e 1997¹⁴, a cisterna foi edificada, segundo a opinião de Pedro Carvalho (1967), a partir do isolamento da galeria norte do piso superior do criptopórtico romano, que fornecia de água a residência episcopal a partir do segundo pátio. Abastecida por águas pluviais, esta estrutura aquífera, dotada de uma conduta com cerca de 0,90 m de diâmetro, terá sido selada durante as obras promovidas por D. Afonso de Castelo Branco (c.1520|1585-1615) quando dotou o edifício com água potável canalizada a partir da Fonte dos Bicos no Largo da Feira dos Estudantes, pois dela não há notícia para as datas anteriores.

Localizado nas traseiras do paço, com o acesso interno a partir de um porta junto da adega e do celeiro novo, estava o pomar. Este era um espaço reservado à plantação de árvores de fruto, ao cultivo de produtos hortícolas e ainda à criação de animais¹⁵, muito provavelmente de maior porte, uma vez que mais adiante é mencionada, junto da casa da lenha, a dependência para onde “deitauam as aues”. A sua delimitação deveria ser feita por muro alto garantindo assim o resguardo dos produtos aí cultivados e criados para a subsistência dos residentes, e que se tornariam valiosíssimos durante os períodos de maior escassez alimentar, de surtos endémicos ou de eventuais cercos militares¹⁶.

Perante o que foi mencionado até ao momento podemos, desde já, presumir que o complexo palaciano episcopal seguia os protótipos adoptados noutras edificações similares e coevas, pois “completava-se exteriormente com dois outros espaços de grande significado: à frente da habitação, um pátio fechado, que não só aprofundava como também engrandecia a estrutura do próprio edifício [e] um horto, simultaneamente utilitário”¹⁷.

No caso específico do Paço Episcopal de Coimbra, a existência do primeiro corresponderá ao actual pátio principal, e o segundo, o horto ou *virgeu*¹⁸, no flanco oposto, para poente e que ultrapassaria a sua *medievalidade*, devendo ter funcionado até aos inícios do século XX¹⁹, embora parte desse chão tenha sido vendido, parceladamente, a partir de 1772, como sugerem as áreas de habitação aí construídas. Assim é que, por todas as dependências enumeradas – cavalariças, adega, celeiro e outras casas oficinais –, o paço episcopal, como conclui António Filipe Pimentel (1959) para a orgânica global dos palácios medievais, “não pode desligar-se de estruturas que o aproximam da propriedade rústica”²⁰, ainda que estabelecido e organizado em pleno centro urbano.

¹⁴ Pedro CARVALHO, *O Forum de Aeminiun*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1998, pp. 26, 39 e 43; e; MNMC, *Correspondência expedida*, “Ofício nº. 15/21 enviado ao Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”, 9 de Maio de 1951, fol.1.

¹⁵ Luísa TRINDADE, *A Casa Corrente em Coimbra. Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2002, p. 28.

¹⁶ Luísa TRINDADE, *A Casa Corrente em Coimbra*, pp. 28; e; José Vieira da SILVA, *Paços Medievais Portugueses*, p. 33.

¹⁷ José Custódio Vieira da SILVA, “A morada privilegiada – o paço”, *O Fascínio do Fim*, Lisboa, Horizonte, 1997, pp. pp. 32 e 33.

¹⁸ Jardim ou um pomar com árvores de fruto. Vieira da Silva defende que a partir do século XIV, as hortas de cultivo, identificadas por M. Miller nas residências episcopais do norte de Itália desde a Antiguidade Tardia, iriam-se transformando, progressivamente, em locais de recreio, com árvores de fruto e plantas aromáticas. Raphael BLUTEAU, *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. V-T, p. 439, col. a; Santa Rosa de VITERBO, *Elucidário*, vol. B-Z, p. 634, col. b; José Vieira da SILVA, *Paços Medievais Portugueses*, pp. 33 e 34; e; Maureen C. MILLER, *The Bishop Palace*, p. 100.

¹⁹ Recorrendo ao exemplo da actual residência episcopal, que possui hortas, pomares e galinheiros, o primitivo estava de igual modo dotado deste espaço onde se produzia o alimento base do prelado e seus *familiares*. Possivelmente, parte do logradouro estava também dotado de um pequeno jardim, local de recreio e ociosidade mais resguardado. Através de uma fotografia tirada ao flanco poente do Paço ainda é possível visualizar a copa de uma árvore.

²⁰ António Filipe PIMENTEL, *A Morada da Sabedoria*, p. 258.

A existência dos *virgeus*, um horto ajardinado ou um delicado pomar com diferentes árvores de fruto e as mais variadas espécies de plantas aromáticas e florais autóctones, são já mencionados desde a Antiguidade Tardia nas residências episcopais do Norte de Itália, como apresenta Maureen Miller. No entanto, para o caso português José Custódio Vieira da Silva (1948) defende que a partir do século XIV, as hortas de cultivo iriam-se transformando, progressivamente, em aprazíveis locais de recreio das classes mais abastadas²¹.

Durante os trabalhos arqueológicos realizados na década de 1990 resultou igualmente a descoberta de um acesso aos terrenos localizados contiguamente a poente, com acentuada depressão do actual plano principal do edifício. Este corredor, abobadado e com cerca de 1,10 metros de largura, com respectivo conjunto de degraus, tinha serventia directa para o logradouro, através de um vão aberto na grossa parede do criptopórtico. Aquela passagem, porventura utilizada pelos bispos, como atalho, aquando se dirigiam para a catedral, não pode ter sido fabricada na Época Moderna – período em que poderá ter sido representada (um arco de volta perfeita), muito provavelmente, na gravura executada por Georg Hœfnagel (1542-1600) em 1566-67²² –, uma vez que ela já é mencionada no arrolamento de 1416²³. Seria este o acesso ao horto que o documento localiza junto da adega e do celeiro novo?



Figura VII - Escadaria aberta nas estruturas romanas do criptopórtico para permitir o acesso ao pomar/logradouro.

Data: 7 de Março de 2008.

Fotografia Milton Pacheco

²¹ Raphael BLUTEAU, *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. V-T, p. 439, col. a; Santa Rosa de VITERBO, *Elucidário*, vol. B-Z, p. 634, col. b; José Vieira da SILVA, *Paços Medievais Portugueses*, pp. 33 e 34; e; Maureen C. MILLER, *The Bishop Palace*, p. 100.

²² Os vestígios de uma larga porta de serventia foram descobertos no ângulo da Rua das Covas “nos baixos da casa que pertenceu ao Padre Castanheira”. Apesar do Conselho de Arte e Arqueologia ter solicitado a sua conservação este elemento foi destruído. Lourenço de ALMEIDA, “S. João de Almedina teria sido a velha Sé de Aeminium?”, *Ocidente*, Lisboa, 1946, nº. 103, vol. XXX, p. 121.

²³ Pedro CARVALHO, *O Forum de Aeminium*, p. 123.

Nas imediações da passagem que levava ao pomar foram referidas mais algumas casas: “junto com ella outra casa ffechada com ffechadura e ffarrolho”, uma “soa salla grande outra casa ffechada [...] junto com ella outra casa em que estaua a palha ffechada de todo”. Após a identificação do palheiro é descrita a casa do “fforno que fora de cozer pam com sua casa ffechada”, entretanto desactivada, e a “casa de çiquetaria ffechada de todo”.

Apesar da palavra *çiquetaria* lembrar a dependência destinada aos serviços da Cúria – a secretaria? –, onde eram exercidas as múltiplas funções relacionadas com o governo diocesano, a sua localização junto do forno que fora de cozer o pão, da “outra casa em que sia a copa”²⁴, e ainda da “casa de hucharia”²⁵, com escada erguida contiguamente, afasta, em nosso entender, essa possibilidade.

Além do mais, no sector noroeste, onde julgamos que estivesse estabelecida a cozinha auxiliada por outras dependências utilitárias necessárias ao seu bom funcionamento – “dentro na clasta²⁶ huma casinha com sua porta sem ffechadura porque deziã que a furtarom e dentro dos almarios”, a segunda casa para onde “deitauam a lenha”, mas cuja porta estava também “sem ffechadura e sem ffarrolho por que deziã que lha fffurtarrom”, e uma terceira casa, dentro na dita *clasta*, para onde deitavam as aves –, surgiram, durante a década de 1990²⁷, diferentes níveis de despejos com carvões, ossos de animais e alguns objectos de ferro e de cerâmica, uma pia redonda e diversos panos de pavimento compostos por seixos do rio²⁸.

Afastada dos principais aposentos pelo alto risco de incêndio²⁹, a cozinha do paço, estaria, muito provavelmente, organizada num piso sobradado. Esta é na verdade prática comum na Idade Média, como defende Luísa Trindade (1967), pois não só facilitaria a extracção de fumo e a dispersão de odores, como evitaria danos maiores em caso de incêndio³⁰. No entanto, há que colocar a possibilidade de nas residências de senhores abastados aquelas dependências estarem concentradas em áreas térreas com espaços ao ar livre e que aqui existiam seguramente.

Definidas as áreas serviçais, essencialmente distribuídas nos pisos térreos, apresentemos agora as dependências reservadas às vivências, administrativas e pessoais, do prelado residente e dos seus colaboradores mais próximos. A clareza do documento descreve num edifício sobradado – “em çima huas casas” –, as divisões nobres da residência episcopal: a “sala”, a “dante a camara”, a “ante camara” e a “camara”³¹.

A primeira divisão deste sector a ser arrolada foi a “sala”, muito provavelmente a sala de audiências da Mitra, dependência de singular importância no contexto da administração religiosa e política, um “palco da

²⁴ “Lugar onde se poem todo o paramento da meza, ou os vazos prata, ou de ouro, que servem para a mesa”. Raphael BLUTEAU, *Vocabulario Portuguez e Latino*, vol. B-C, p. 529, col. b.

²⁵ Apesar dos restantes sinónimos possíveis, como dependências de forragens e alfaías agrícolas, é grande a probabilidade desta casa funcionar como espaço auxiliar das cozinhas. Santa Rosa de VITERBO, *Elucidário*, vol. B-Z, p. 621, col. a.

²⁶ Além de claustro Viterbo apresenta ainda a possibilidade de se tratar de um sanguão ou pátio interior. Santa Rosa de VITERBO, *Elucidário*, vol. B-Z, p. 105, col. a.

²⁷ Pedro CARVALHO, *O Forum de Aeminium*, pp. 38, 39, 44 e 125.

²⁸ A dispersão dos materiais é indicativo do revolvimento dos solos em épocas anteriores, pelo que podemos imaginar os que foram encontrados e ignorados e que hoje poderiam ajudar a descodificar um pouco mais das dependências constituintes da primitiva residência episcopal de Coimbra.

²⁹ António Filipe PIMENTEL, *A Morada da Sabedoria*, p. 258.

³⁰ Luísa TRINDADE, *A Casa Corrente em Coimbra*, pp. 73.

³¹ Áreas que Luísa Trindade destina “para as funções estritamente residenciais” do bispo. Se assim for é legítimo considerar que as dependências administrativas não foram arroladas por estarem automaticamente, após o falecimento do prelado, sob directa administração do Cabido. Luísa TRINDADE, *A Casa Corrente em Coimbra*, pp. 36 e 37.

apresentação pública³² do próprio prelado. Estava localizada no piso térreo, “dentro na emtrada da salla em çima huas casas com sas portas e com suas janellas e com tres fferrolhos”, sendo apenas apontada a falta de uma das janelas. A dita “salla com sas janellas ffechadas com fferrolhos pequenos de fferro” estava, no entanto, sem qualquer tipo de mobiliário de uso, “sem bancas e sem mesas” como atesta o registo escrito.

O segundo compartimento, a “dante a camara”, possuía apenas uma porta e não consta que estivesse dotada de qualquer mobiliário. A dependência seguinte, comunicando com a anterior, é identificada como a “ante a camara”, lugar onde o prelado tomava a suas refeições, pois aqui se encontrava “hua mesa delgua-da em que comia o bispo”. Neste mesmo espaço existiam ainda outras três mesas feitas “de pinho grosas”. A segunda porta descrita, visto que a primeira comunicava com “a dante camara”, permitia aceder a um eirado. Tratar-se-ia de um pequeno espaço aberto e ajardinado para recreio dos prelados, junto da cabeceira da igreja de São João de Almedina, que ainda surge representado numa planta dos finais do século XIX?

A última casa desta secção habitacional a ser arrolada foi a câmara do prelado. Mantendo a sua designação como quarto de descanso até ao século XVIII – a casa onde se dorme³³ –, a câmara do paço abrigava “huu leito de cama” e muito outro mobiliário, como “huns almarios ffechados”, duas “arcas em logo de bancas com quatro ffechaduras e suas chaves”, duas “quaixas grandes ffechadas”, “hua mesa com seus pees”, “hum escano emlaçado” e “huum tavoleiro daltar com seus pees e com seu tavolleiro”.

Como se pode comprovar este compartimento era o mais privado e o mais seguro de todos os quantos foram inventariados, como sugere a quantidade de bens existentes aí acondicionados³⁴. No entanto, não podemos excluir a hipótese de que após a morte do prelado a câmara mais segura do edifício tenha servido para aí guardar os seus muitos e valiosos objectos.

Tudo leva a crer que estas eram, de facto, poucas *câmaras* para a residência de um prelado, mesmo quando, para a Idade Média, o espaço privado das moradias mais nobilitantes se distribuía por poucas divisões, numa plurivalência funcional excessiva, não por condicionalismos económicos ou restrição espacial, daqueles que integravam um *status* superior, mas em virtude das necessidades básicas latentes³⁵.

Contudo, perante o que o documento de 1416 apresenta e descreve, verificamos que não, pois o modelo de organização segue, precisamente, as directrizes do *Leal Conselheiro*, obra redigida pelo monarca D. Duarte (1391/1433-1438), em 1437, vinte e um anos após o arrolamento da residência episcopal conimbricense. No capítulo LXXXI daquela obra, o Rei-Eloquente trata de enumerar, sequencialmente, cinco dependências existentes e comunicantes entre si, e que agora transcrevemos: “Prymeira, salla, em que entram todollos do seu senhorio que omyzyados nom som, e assy os estrangeiros que a ella querem vir; Segunda, camara de paramento, ou ante-camara, em que costumam, estar seus moradores e alguñs moradores e alguñs outros notavees do reyno; Terceira, camara de dormyr, que os mayores e mais chegados de casa devem aver entrada; Quarta, trescamara, onde sse costumam vestir, que pera mais speciaaes pessoas pera ello perteecentes se devem apropriar; Quinta, oratório, em que os senhores soos algũas vezes cadadia he por bem se sse appartarem pera rezar, leer per boos livros, e pensar em virtuosos cuidados alguñs”³⁶.

³² António Filipe PIMENTEL, *A Morada da Sabedoria*, p. 259.

³³ Raphael BLUTEAU, *Vocabulario Portuguez e Latino*, vol. A, p. 396, col. b.

³⁴ Vieira da Silva considera que a câmara de dormir era a dependência mais importante destas moradias. José Vieira da SILVA, *Paços Medievais Portugueses*, p. 30.

³⁵ Luísa TRINDADE, *A Casa Corrente em Coimbra*, pp. 11, 36 e 37.

³⁶ D. DUARTE, *Leal Conselheiro o qual fez Dom Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta*, Lisboa, Imprensa Portugal Brasil, 1942, p. 303; António Filipe PIMENTEL, *A Morada da Sabedoria*, pp. 258 a 259; e; José Vieira da SILVA, *Paços Medievais Portugueses*, p. 27.

O confronto entre as duas fontes textuais determina assim, em nosso entender, que a primeira sala tenha correspondência com a “dante a camara”, a segunda com a “ante camara”, e as últimas três com a “camara” do bispo, onde além do leito existia ainda um pequeno oratório portátil, numa escala convergente das divisões *públicas* (mais amplas) para as *privadas* (mais reduzidas), como se verifica na matriz espaço-arquitectónica dos paços medievais portugueses³⁷. No entanto, há que considerar a possibilidade da sala de recepção, destinada às cerimónias públicas de aparato, concentrar ainda a sala dos banquetes, também com um carácter mais exterior e colectivo³⁸.

Infelizmente, as múltiplas e sucessivas transformações ocorridas no monumento não permitem, de facto, proceder a uma localização precisa das mais de trinta dependências aludidas neste precioso testemunho escrito.

As imprecisões semânticas detectadas no documento, composto por um léxico arcaizante, articuladas com a inexistência das estruturas arquitectónicas coevas dificultam imenso, de facto, a realização de uma leitura clara e objectiva do monumento residencial nos princípios da centúria de Quatrocentos. Ainda assim, o mesmo assume uma importância vital para o estudo em questão, uma vez que permite identificar, e nalguns casos conhecer com algum pormenor, os diferentes espaços residenciais e oficiais.

Entre eles identificámos as quatro câmaras privadas; uma *casa de çiquetaria*; uma *casa de hucharia*, uma cozinha (?), uma copa, uma adega, um forno, uma atafona (azinha/moinho), uma casa da lenha, uma capoeira (casa das aves), dois celeiros, dois palheiros, quatro cavaliças, nove casas sem qualquer função atribuída, o *virgeu*, um claustro, uma escada, um eirado e, por último, o pomar. Luísa Trindade assevera ainda que “possuir bens exige mais divisões e os locais reservados ao armazenamento, prática a que todos se submetem, são tanto mais numerosos quanto maiores são as possibilidades económicas dos proprietários”³⁹.

Apesar da ausência de outras fontes documentais sólidas, presumimos de que a grande reestruturação, e conseqüente alteração da funcionalidade dos espaços – mantendo as áreas residenciais no flanco norte, em torno do claustro românico de São João de Almedina, e estabelecendo as áreas “públicas” de recepção no flanco sul –, só tenha acontecido nos finais da centúria de Quinhentos, como já comprovamos nos nossos estudos académicos anteriormente defendidos.

Quanto ao estado de conservação da residência episcopal, os dados apontam para um evidente estado de degradação, encontrando-se mesmo algumas estruturas dos flancos sul ou poente bastante arruinadas. Não só a “caualariça das azaemellas” tinha “parte da parede em terra”, como “huma casa que caeo do paço sobre as couas” e uma “parede do virgeu que caeo” igualmente!

Perante os dados apresentados qual teria sido a origem que fragilizara algumas dependências residenciais e que originara o desmoronamento de algumas estruturas arquitectónicas, nomeadamente no quadrante noroeste do criptopórtico, onde aquelas assentavam? Independentemente da causa, esta situa-

³⁷ O oratório dos bispos incorporado na própria residência episcopal distinguia-se da capela pelo carácter intimista e privativo dos seus utilizadores, e obviamente das dimensões amplas e funções a que a última estava sujeita enquanto paróquia existindo uma tribuna na qual o bispo podia estar quando estava a celebrar pontificais, e que poderemos reconhecer na tipologia que António Filipe Pimentel e Vieira da Silva apresentam. Importa ainda realçar que mais tarde, o oratório privativo, pela importância e simbologia na residência do bispo, acabaria por ganhar espaço próprio muito possivelmente com as obras operadas por D. Jorge de Almeida. António Filipe PIMENTEL, *A Morada da Sabedoria*, pp. 259 e 260; e; José Vieira da SILVA, “A morada privilegiada – o paço”, pp. 27, 33 e 34.

³⁸ José Vieira da SILVA, *Paços Medievais Portugueses*, p. 27.

³⁹ Luísa TRINDADE, *A Casa Corrente em Coimbra*, p. 37.

ção teria contribuído para uma vaga de assaltos na residência episcopal, como se depreende da leitura do respectivo inventário “a casa de soo [seguinte?]⁴⁰ as couas sem portas porque deziam que as fffurtarom”. Além disso, a pormenorizada alusão às portas, com suas fechaduras e ferrolhos, dos múltiplos compartimentos residenciais, corrobora a necessidade em manter intransponível o acesso às várias dependências de serviços e aos aposentos privativos⁴¹.

Contudo, se fizermos uma incursão pela alta citadina ao tempo sabemos que o panorama não seria muito animador. No último terço do século XIV, a Almedina de Coimbra estava “mui despovoada e falida de companhia”, nomeadamente do próprio prelado, situação que teria sido agravada, muito provavelmente, com os estragos provocados por uma série de terremotos, ocorridos nos últimos cinquenta e três anos do século XIV, como o de 28 de Novembro de 1347, 11 de Julho e 4 de Agosto de 1355, 24 de Agosto de 1356 e ainda o de 20 de Agosto de 1395⁴². No entanto, nos últimos anos do século XIV, a residência prelatícia ainda estaria operacional, como sugere a petição que aí foi lavrada pelos vigários e os corregedores da cidade a 24 de Maio de 1391⁴³.

Analisando ainda a conjuntura económica ao tempo, sabemos que durante o episcopado de D. Gil Alma, a Mitra de Coimbra vira os seus rendimentos serem reduzidos drasticamente, “porquanto a valia das moedas abatera muito neste reino por rezão da peste”⁴⁴. Foi no ano de 1414, um ano antes da sua morte, que D. Gil Alma solicitou à Santa Sé a redução de 40 para 30 prebendas na Sé de Coimbra, confrontando a hierarquia da sua Diocese com os números apontados para as sés de Lisboa, com 20, e a de Évora, com 26. De facto, os cônegos “se não podião sustentar com a decência devida a suas dignidades”, situação que afectaria igualmente o seu bispo. Seriam as restrições económicas o motivo do adiamento da beneficiação do edifício ou o Cabido aguardava pela chegada do novo prelado, a quem competia, em certa medida mas não em directa exclusividade, a sua reconstrução e manutenção?

Surge então oportunamente o testemunho do cônego conimbricense Pedro Álvares Nogueira (?-1597) nos capítulos dedicados às biografias dos bispos D. Gil Alma e D. Fernando Coutinho (?/1419-1429), sucessor daquele no governo da Diocese de Coimbra, através do qual denuncia a situação em que vivia o episcopado português coevo. Conta-nos o doutor em Sagrados Cânones⁴⁵ que “nestes tempos os reinos andavão muito revoltosos com g[u]erras e inquietações e os prelados pella mor parte sempre andavão na corte e pouco rezidião em seus bispados”. Além das múltiplas campanhas militares que reclamavam a presença dos prelados nos conselhos da Coroa e nos campos de batalha, o “sisma ã duraua na jgr[eja]” de Roma terá igualmente contribuído para uma certa desertificação dos governos episcopais. Assim terá acontecido em Coimbra⁴⁶.

⁴⁰ Terá origem na palavra *desuum* com o significado de um depois do outro, sucessivo? Santa Rosa de VITERBO, *Elucidário*, vol. B-Z, p. 191, col. a.

⁴¹ Luísa TRINDADE, *A Casa Corrente em Coimbra*, pp. 51 e 97.

⁴² Marisa COSTA e João FONSECA, “Sismicidade histórica em Portugal no período medieval”, separata do 7º Congresso de Sismologia e Engenharia Sísmica, p. 6. Vide ainda V.J.R. SILVA, “Sismologia histórica de Coimbra. Séculos XIV e XV”, *Arquivo Coimbrão. Boletim da Biblioteca Municipal de Coimbra*, n. 38, pp. 285-301.

⁴³ Luísa TRINDADE, *A Casa Corrente em Coimbra*, p. 127; Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco*, Tomo II, Lisboa, Officina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1666, p. 354, cols. a/b; e; Ayres de GOUVEIA, *Índice Chronologico dos pergaminhos e foraes existentes no Archivo da Camara Municipal de Coimbra*, Coimbra, Imprensa Literária/Imprensa da Universidade, 1875, p. 22.

⁴⁴ Pedro Álvares NOGUEIRA, *Livro das vidas dos Bispos da Sé de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 2003, p. 183.

⁴⁵ Diogo Barbosa MACHADO, “Pedro Alvares Nogueira”, *Bibliotheca Lusitana*, vol.III., p. 556.

⁴⁶ Pedro Álvares NOGUEIRA, *Livro das Vidas dos Bispos*, pp. 177 a 183.

Com base no documento testamentário lavrado por D. Gil Alma, em Lisboa, aos 4 dias de Agosto de 1415, sabemos que o prelado ao determinar o seu local de enterramento, temendo falecer fora da capital do Reino, referiu que deveria seguir para Évora, “pera onde penso que os Infantes hiraõ”⁴⁷.

Ora, na verdade, se o edifício residencial da Mitra já se encontrava seriamente danificado, a ausência do seu primeiro e legítimo proprietário, pois que junto da Corte itinerante, terá proporcionado então uma situação eminente de quase ruptura. Além deste afastamento, os anos que antecederam e sucederam a sede vacante poderão ter agravado a sua situação material... Porventura, teria o Cabido conimbricense assumido uma posição similar ao seu congénere portista no século XVIII?

Apesar das lacunas documentais, deduzimos que o paço tenha sido beneficiado, com a reconstrução das áreas mais afectadas, para receber condignamente o novo prelado, nomeado após a conclusão da reunião conciliar de Constância. Porventura, poderá esta eventual campanha corresponder materialmente a um pequeno e elaborado portal ogival, com respectivos colunelos e capitéis, datado do século XV, descoberto nos anos de 1895-96⁴⁸?

Também a existência de outras duas estruturas arquitectónicas – uma janela de ajimez, de modelo gótico, localizada na fachada principal, do lado esquerdo do actual acesso, ainda aberta na década de 1920, e um arco remanescente sob a janela do oratório privativo dos bispos⁴⁹, do outro lado, posto a descoberto em 1937 –, apontam, efectivamente, para uma etapa construtiva executada no edifício residencial no século XV.

Algumas décadas mais tarde, D. João Galvão (?/1460-1481), o prelado que em 25 de Setembro de 1472 seria dignificado por D. Afonso V (1432/1438-1481) com o título nobiliárquico de conde⁵⁰, distinção vitalícia e extensível aos seus sucessores, procedeu à encomenda dos tectos mudejares para enobrecer o coro da catedral de Santa Maria de Coimbra. Uma vez mais surge-nos uma última questão: porventura seriam aqueles vestígios arquitectónicos encontrados no paço contemporâneos do episcopado do primeiro bispo-conde de Coimbra? Teria o prelado promovido, também, alguma campanha renovadora na sua residência?

* * *

Apesar das nossas tentativas através da historiografia da Arte em resolver os diferentes enigmas presentes no arrolamento de 1416, com o propósito em compreender as estruturas arquitectónicas e espaciais da residência dos bispos de Coimbra, nos alvares do século XV, sentimo-nos ainda seriamente decepcionados.

⁴⁷ Francisco Leitão FERREIRA, “Catalogo Chronologico-critico dos Bispos de Coimbra”, *Collecçam dos documentos e memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, tomo IV, Lisboa Ocidental, Oficina Pascoal da Sylva, 1724, p. 143.

⁴⁸ Reconhecida a importância dessa estrutura, Augusto Gonçalves conta que sugeriu ao Director das Obras Públicas de Coimbra a sua preservação. Porém, alguns dias depois “a porta era arrancada com sollicitude, restaurada por um canteiro e collocada carinhosamente na estrada real, perto de Penacova, com um canudo ao meio, a servir de fonte publica”. Realizamos algumas pesquisas mas não encontramos qualquer vestígio desta estrutura naquele concelho. A.[AG], “Bagatellas”, *Resistência*, n.º. 111, 12 de Março de 1896, p. 2, col.4; A.[AG], “Bagatellas”, *Resistência*, n.º. 116, 29 de Março de 1896, p. 1, col.5; e; Teixeira de CARVALHO, “As restaurações artisticas em Coimbra”, *Resistencia*, n.º. 155, 13 de Agosto de 1896, p. 2, col.2.

⁴⁹ Corresponderá este vão a um dos acessos da primitiva igreja de São João Almedina?

⁵⁰ [Augusto Mendes Simões de CASTRO], *Bispos Condes. Noticia da origem do titulo de Conde de Arganil de que usam os Bispos de Coimbra*, Coimbra, Minerva Central, 1895, p. 4.

Se por um lado tivemos acesso à enumeração das muitas dependências existentes, impossível de as conhecer materialmente mas bastante reveladoras da auto-suficiência do complexo habitacional prelatício; de outro modo, torna-se difícil agora sequenciá-las e localizá-las espacialmente sobre o monumento actual, consecutivamente renovado pelo mecenato episcopal durante as centúrias seguintes.

O Paço da Mitra Episcopal de Coimbra, que actualmente acolhe o Museu Nacional de Machado de Castro, encerra assim, até aos dias de hoje, uma história inacabada por revelar, cujos enredos vão sendo desvendados continuamente aquando da revelação de pertinentes dados documentais e atinentes achados materiais.

Por ora a sua história manter-se-á inclusa...

Bibliografia

Fontes manuscritas e dactilografadas:

Arquivo Central do Paço Episcopal de Coimbra

Livro dos Registos das Cartas de ElRey N.S.^{or} e da sua Secretaria, bem como para as Bullas e Breves da S.^{ta} Sede que se dirigiram a esta Mitra para o Governador desde Bispado de Coimbra

Arquivo Nacional - Torre do Tombo

Mitra Episcopal de Coimbra

Arquivo da Universidade de Coimbra

Mitra Episcopal de Coimbra

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (Coimbra e Lisboa) / Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

Paço Episcopal de Coimbra/ Museu Machado de Castro

Museu Nacional de Machado de Castro

Copiadores

SILVA, Ricardo Costeira da, *Intervenção Arqueológica no Museu Nacional de Machado de Castro (Campanha de 2003)*, Coimbra, 15 de Junho de 2004

Fontes impressas:

ABREU, Antonio de, *Conquista, Antiguidade, e Nobreza da mui insigne, e inculta cidade de Coimbra*, Lisboa, Impressão Regia, 1807.

BLUTEAU, Raphael, *Vocabulario portuguez, e latino*, vários tomos, Lisboa/Coimbra, Oficinas de Pascoal da Sylva e Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1721.

ESPERANÇA, Manoel da, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco*, Tomo II, Lisboa, Officina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1666.

FERREIRA, Francisco Leitão, "Catalogo Chronologico-critico dos Bispos de Coimbra", *Collecçam dos documentos e memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, tomo IV, Lisboa Ocidental, Oficina Pascoal da Sylva, 1724.

SOUSA, António Caetano de, *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, tomo VI, Lisboa, Oficina Regia Sylviana/Academia Real, 1748.

Obras de consulta:

- ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- ALMEIDA, Lourenço de, "S. João de Almedina teria sido a velha Sé de Aeminium?", *Ocidente*, Lisboa, 1946, nº. 103, volume XXX, pp. 121- 128.
- AZEVEDO, Carlos Moreira (direcção de), *História Religiosa de Portugal*, 3 volumes, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000.
- BANDEIRA, Ana Maria, "A Mitra da Sé de Coimbra", *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, volumes XIX e XX, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999-2000, pp. 95 - 114.
- CARVALHO, Pedro, *O Forum de Aeminium*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1998.
- [CASTRO, Augusto Mendes Simões de], *Bispos Condes. Notícia da origem do titulo de Conde de Arganil de que usam os Bispos de Coimbra*, Coimbra, Minerva Central, 1895.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, 2 volumes, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, "Coimbra trecentista: a cidade e o estudo", *Biblos*, volume LXVIII, Coimbra, 1992, pp. 335- 356.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, e, VENTURA, Leontina, "Os bens de Vataça. Visibilidade de uma existência", *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1987, pp. 33 - 77.
- CORREIA, Vergílio, "Coimbra pré-românica", *Obras*, volume I, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1946, pp. 51- 53.
- CORREIA, Vergílio, "História do Edifício e História do Museu", *Catálogo das Secções de Arte e Arqueologia*, Coimbra, 1941.
- DIAS, Pedro, *A Arquitectura de Coimbra na transição do gótico para a Renascença. 1490-1540*, Coimbra, Epartur, 1982.
- DOM DUARTE, *Leal Conselheiro o qual fez Dom Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta*, Lisboa, Imprensa Portugal Brasil, 1942.
- GOUVEIA, João Ayres de (organização de), *Índice Chronologico dos pergaminhos e foraes existentes no Archivo da Camara Municipal de Coimbra*, Coimbra, Imprensa Literária/Imprensa da Universidade, 1875.
- MADAHIL, A.G. da Rocha, "As informações paroquiais da cidade de Coimbra recolhidas em 1721", *Arquivo Coimbrão*, volume III, Coimbra, Tip. Coimbra Editora, 1937, pp. 193-244.
- MADAHIL, A.G. da Rocha, "Relação das coisas notáveis da cidade de Coimbra em 1758", *Arquivo Coimbrão*, volume IV, Coimbra, Tip. Coimbra Editora, 1939, pp. 185-216.
- MILLER, Maureen C., *The Bishop Palace. Architecture and Authority in Medieval Italy*, Ithaca/New York, Cornell University Press, 2000.
- MORUJÃO, Maria do Rosário, "A Prelazia de Coimbra no contexto da afirmação de um reino (1080-1318)", *Sé Velha de Coimbra: culto e cultura*, Coimbra, Catedral de Santa Maria de Coimbra, 2005, pp. 193 - 222.
- MORUJÃO, Maria do Rosário, *A Sé de Coimbra: A Instituição e a Chancelaria (1080-1318)*, Coimbra, Dissertação de Doutoramento em Letras, na área de História, especialidade de História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005.
- NOGUEIRA, Pedro Álvares, *Livro das vidas dos Bispos da Sé de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 2003 (edição com coordenação de Manuel Augusto Rodrigues e transcrição de Maria Teresa Nobre Veloso).
- PACHECO, Milton Pedro Dias, "No Panteão dos Avis: Os saymentos e os moymentos do Infante D. Henrique", Artur Teodoro de MATOS e João Paulo de Oliveira e COSTA (Coordenação de), separata *A Herança do Infante*, Lisboa, Câmara Municipal de Lagos/ CEPCEP/ CHAM, 2011.
- PACHECO, Milton Pedro Dias, *Por detrás de um Museu. O Paço Episcopal de Coimbra: história e memória*, dissertação de Mestrado em História da Arte, especialidade em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009. (tese policopiada)
- PACHECO, Milton Pedro Dias, "Para governar e desfrutar. As residências palatinas dionisinas", *Actas do Congresso Internacional Dom Dinis. 750 anos do seu nascimento*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 2011. [no prelo]
- PAIVA, José Pedro, *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

- PAIVA, José Pedro, “A diocese de Coimbra antes e depois do Concílio de Trento: D. Jorge de Almeida e D. Afonso de Castelo Branco”, *Sé Velha de Coimbra: culto e cultura*, Coimbra, Catedral de Santa Maria de Coimbra, 2005, pp. 225-253.
- PIMENTEL, António Filipe, “As Empresas Artísticas do Bispo-Conde D. Afonso Castelo Branco”, *Mundo da Arte*, n.ºs 8-9, Coimbra, 1982, pp. 54-68.
- PIMENTEL, António Filipe, *A Morada da Sabedoria – I O Paço Real de Coimbra das origens ao estabelecimento da Universidade*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, policopiada, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2003.
- PIMENTEL, António Filipe, “A Sagração do Reino em torno do(s) projecto(s) da Sé Velha”, *Separata da Artis, Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, n.º. 3, Lisboa, 2004.
- SILVA, José Custódio Vieira da, “A morada privilegiada – o paço”, *O Fascínio do Fim*, Lisboa, Horizonte, 1997, pp. 23-43.
- SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, IPPAR, 2002.
- TRINDADE, Luísa, *A Casa Corrente em Coimbra. Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2002.
- VASCONCELOS, António de, “A residência dos Bispos de Coimbra”, Manuel Augusto RODRIGUES (coordenação de), *António de Vasconcelos perpetuado nas páginas do “Correio de Coimbra” (1922-1941)*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 2000, pp. 117-119.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das palavras, termos, e frases*, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1962-1964.

ANEXO I

Documento I	Carta de entrega do paço episcopal de Coimbra ao Cabido da Sé de Coimbra por falecimento de D. Gil Alma
Sumário	Arrolamento do património móvel e integrado existente no Paço Episcopal de Coimbra por falecimento do bispo D. Gil Alma e entrega da tutela ao Cabido
Data	1416, 13 de Fevereiro
Autor	Martins de Pinho, tabelião régio
Fonte	Arquivo da Universidade de Coimbra Fundo Colecção de Pergaminhos Cofre Documento 33 ⁵¹

Saibham q[ua]ntos este estormento de emtregua virem como t[re]ze dias / do mes de ffeueireiro Era de mil q[u]atrocentos çinquenta e q[ua]tro annos / na çidade de coinbra nos paaços q[ue] fforom de dom gil b[is]po q[ue] ffoy da / d[i]cta çidade em p[re]sença de mi[m] m[ar]tim de pinho tabeliam delrey na d[i]cta / çidade e t[estemunho]s adeante escr[i]ptas pedro anes de serpa conigo na Eig[re]ja e See / da d[i]cta çidade q[ue] estaua p[re]sente p[er] o qual ffoy d[i]cto q[ue] asi era q[ue] el p[er] ma[n]dado do cabidoo e conigos da d[i]cta Eig[re]ja e See da d[i]cta çidade e como seu p[ro]curador / q[ue] o p[er]ja ello ffezerom auia de rreceber todollos bee[n]s e cousas e d[i]rectos / q[ue] no b[is]pado da d[i]cta çidade auia e de d[i]rito lhe p[er]te[n]çiam asi da d[i]cta çidade / como de todo o dicto b[is]pado q[ue] p[er] morte do d[i]cto dom gil ao d[i]cto cabido ffica/uam uagos a see uaguante e o dicto cabido per uaguaçom do dicto senhor / b[is]po auia dauer. E el rrequera a luis giraldez ueedor e p[ro]curador e rrecede/dor q[ue] ffora do d[i]cto senhor b[is]po e como teedor que era dos beens q[ue] ao / d[i]cto b[is]pado p[er]tecia q[ue] estaua p[re]sente q[ue] lhos dese e ent[e]guase p[ar]a dicto ca/bido segundo dezia q[ue] era conehudo em esc[r]iptura pubrica q[ue] dello / tomara e q[ue] lhe ffezesse delles auentaio. E q[ue] o dicto luiz giraldez lhe dera / a ello sua rresposta segundo na d[i]cta esc[r]iptura era conehudo e o dicto luis / giraldez dise q[ue] com a potestaçom q[ue] ia ff[e]cta auia q[ue] estaua p[re]stes de lhe emt[re]guar aq[ue]llas cousas de q[ue] el ora de p[re]sente era teedor e lhe deu e entregou / logo estas cousas q[ue] se adeante segue pri[meira]mente a porta do coorto do paaço / da de ffora hum fforno q[ue] fora de cozer pam com sua casa ffechada. It[em] dentro no paaço a p[ri]meira porta hu[m]a cauallariça com suas mangedoras ff[e]itas [?] / e com ffechadura e ffarrolho. It[em] logo junto out[ra] cauallariça com suas man/gedoras e com hum ffarrolho sem ffechadura. It[em] out[ra] cauallariça com suas man/gedouras e com sua porta. It[em] em cima o celleiro ffechado co[m] dos ffe/rolhos e com suas ffechaduras. It[em] de soo çelleiro hu[m] palheiro ffechado / com sua ffechadura e fferrolho. It[em] mais allem hua casa em q[ue] see hu[m]a ataffona com duas moos e t[er]minhado e rrodizo[?] de fferro ffechada com ffarrolho / e ffechadura. It[em] dentro em esta casa huu celleiro de pam com sua porta / e tramella de fferro. It[em] hu[m]a caualariça das azaemellas com sua porta uelha / sem ffechadura mal apostada e p[ar]te da parede em terra. It[em] em cima desta / caualariça hu[m]a casa em q[ue] see hu[m] a arca co[m] ffechadura e fferrolho e po[r]ta. / It[em] dentro no paaço a par de sam bras hu[m]a casa com duas portas e ffecha/dura e ffarrolho em hu[m]a das portas. It[em] em çima da adegua hum çelleiro no/uo sem portas. It[em] so o d[i]cto çelleiro hu[m]a adegua em q[ue] teem q[ua]tro tonees e t[re]s pipas ffechada com seu fferrolho e ffechadura. It[em] junto com çist[er]na / hu[m]a casa com seu ffarrolho e ffechadura. It[em] junto com ella outra casa / ffechada com ffechadura e ffarrolho. It[em] outrossi junto com ella hu[m]a porta p[er] q[ue] / baao p[er]ja o pomar ffechada com ffechadura e ffarrolho. It[em] junto com ella out[ra] / casa ffechada com ffechadura e fferrolho. It[em] de soa salla grande out[ra] casa / ffechada

⁵¹ Procedemos à confrontação da nossa leitura com a de A. J. Peixinhos CAIA, *Pergaminhos avulsos do Arquivo da Universidade de Coimbra 1079-1612*, integrada no trabalho curricular realizado no âmbito da disciplina de Paleografia e Diplomática, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1989, nas páginas 54 a 56.

com ffechadura e farrolho. It[em] junto com ella out[ra] casa em q[ue] esta/ua a palha ffechada de todo. It[em] junto com ella out[ra] casa de çiq[ue]taria ffechada / de todo. It[em] outr[os]si junto com ella out[ra] casa em q[ue] sia a copa ffechada / de todo. It[em] dentro a par de escaada out[ra] casa de hucharia ffechada de todo. / It[em] dentro na clasta hu[m]ja casinha com sua porta sem ffechadura porq[ue] deziam q[ue] a furtaro[m] e dentro dos almarios com seus fferrolhos e hu[m]ja ffecha/dura. It[em] em o dicto logo hu[m]ja casa em q[ue] deitauam a lenha com sa porta / sem ffechadura e sem ffarrolho por q[ue] dezia[m] q[ue] lha ffurtarro[m] segundo dezia[m]. / It[em] dentro na d[ic]ta clasta hu[m]ja casa em q[ue] deitaua[m] as aues co[m] sua porta / sem ffechadura. It[em] dentro na entrada da salla em çima huas casas / com sas portas e co[m] suas janellas e co[m] t[re]s fferrolhos e ffechaduras e das / janellas mi[n]gua hu[m]ja. It[em] a salla com sas janellas ffechadas com fferrolhos / peq[ue]nos de fferro sem bancas e sem mesas. It[em] a porta dante a camara / ffechada com fferrolho e ffechadura. It[em] dentro na d[ic]ta ante camara hu[m]ja / mesa delguada em q[ue] comia o b[is]po. It[em] mais t[re]s mesas de pinho grosas. / It[em] dentro no eirado hu[m]ja porta ante camara ffechada de todo. It[em] a po[r]ta da / camara hu[m]ja porta noua ffechada de todo. It[em] dentro em na camara / hu[m]ja porta com trinca de ferro. It[em] dentro em na camara hu[m]ns almarios ffechados / com sua ffechadura e ffarrolho. It[em] em na d[ic]ta camara huu leito de cama. / It[em] arredor do leito duas arcas em logo de bancas com q[ua]tro ffechaduras / e suas chaues. It[em] na d[ic]ta camara duas quaixas grandes ffechadas / com suas ffechaduras. It[em] em a dicta camara hua mesa peq[ue]na com seus / pees. It[em] hu[m] escano emlaçado. It[em] huu[m] tauoleiro daltar com seus pees e co[m] / seu tauolleiro. It[em] a casa de soo as couas sem po[r]tas porq[ue] deziam q[ue] as ffu[r]tarom. It[em] hu[m]ja casa q[ue] caeo do paaço sobre as couas. It[em] a parede do vi[r]geu / q[ue] caeo. As q[ua]jees cousas eram esc[ri]ptas em hu[m] auentaio q[ue] mostrarem / e mais hu[m]ja cadeira q[ue] nom acharom. As q[ua]jees cousas emt[re]gues como / d[ic]to he o d[ic]to pedro anes dise q[ue] el em nome do d[ic]to cabidoo se auia / por emt[re]gue dellas e rreq[ue]reo ao d[ic]to luis giraldez q[ue] lhe ffose logo ffaz[er] emt[re]gua de todalas out[ra]s cousas e bee[n]s q[ue] o d[ic]to b[is]pado auia e o dicto luis giraldez disse / q[ue] de p[re]sente nom podia ora hir p[ara] o d[ic]to b[is]pado e coutos del per out[ro]s algu[m]jas ne/sicidades e emcarregos q[ue] auia mais q[ue] il por moor arrombamento ma[n]da/ua e rreq[ue]ria aos mordomos e rendeiros e pessoas qu[a]jeesquer q[ue] os bee[n]s e rre[n]das / tinham do d[ic]to b[is]pado q[ue] as desem emt[re]guasem ao d[ic]to pedro an[n]es ou o seu / d[ic]to rrecado p[ar]a o d[ic]to cabidoo como era mandado e q[ue] da emt[re]gua q[ue] lhe / dellas ffezessem q[ue] peçam dello estormentos de conhoçimentos p[ar]a el co[m] elles / auer dello rrecadaçom p[ar]a alma do d[ic]to senhor b[is]po auer o seu / d[ic]to e q[ue] com esta postestaçom mandaua o q[ue] mandado auia e ffazia a d[ic]ta / emt[re]gua do q[ue] sobred[ic]to he. Das q[ua]jees cousas o d[ic]to pedro a[n]nes em nom[e] do d[ic]to cabidoo. E o d[ic]to luis giraldez por sua guarda e d[ic]to dalma / do d[ic]to senhor b[is]po pediro[m] de todo senhos estormentos e os mais / q[ue] mester ouuerem.

t[estemunha]s: Joham g[onç]al[ve]z conigo na d[ic]ta see e v[as]co affonso / home[m] do d[ic]to pedro an[n]es e joh[am] Diaz p[ri]or dantanhol e estaço / est[ev]ez / home[m] do d[ic]to Joham g[onç]al[ve]z moradores na d[ic]ta çidade / e out[ro]s e eu Marti[m] de pinho sobred[ic]to tabeliam q[ue] este estormento p[ar]a o d[ic]to luis giraldez / escrepvi e aq[ui] meu sinal ffiz que tal he.